

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA REDE VIÁRIA DO CONTESTADO: UMA ABORDAGEM ACERCA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL NO SUL DO BRASIL.

FRAGA, Nilson Cesar – FAE-UFPR-UNICURITIBA¹, Brasil

8-Movilidad de la población e identidad cultural

Antecedentes para a Guerra Civil

A Guerra do Contestado em si será definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aqueles denominados Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme GALEANO (1986)², verificou-se uma das maiores guerras civis do Continente Americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa.

A complexidade da Guerra do Contestado e dos seus elementos territoriais exige para análise, não uma possibilidade conceitual, mas várias, pois está envolta em numerosos nuances de abordagem que vão do território, da região, do espaço, dos poderes, dos olhares históricos, sociológicos, econômicos e geográficos exigindo um esforço grande para tentar-se um entendimento mínimo por meio da cientificidade que somente o interdisciplinar propiciou, aqui considerando que cada área é detentora de suas diferenciadas linhas de abordagens e dicotomias, como no caso das redes, que são viárias nesta tese, mas urbanas num conjunto de complexidades.

A partir de 1680, quando os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata, começaram os conflitos mais

¹ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) – UFPR. Professor nos Cursos de Direito, Relações Internacionais, Comunicação Social e Turismo do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA.

sérios entre Portugal e Espanha sobre a posse de terras localizadas na Região Sul do Brasil. Os portugueses não queriam abrir mão do território por eles ocupado fora da linha de Tordesilhas, especialmente no denominado Continente de São Pedro e no interior dos atuais estados de Santa Catarina e do Paraná³.

Os soberanos de Portugal e da Espanha nunca conseguiam estabelecer os limites. Depois do Tratado de Tordesilhas firmou-se o Tratado de Madrid (1750) e iniciou-se a demarcação das fronteiras por comissões especiais nomeadas pelos monarcas dos dois países.

Além da problemática luso-espanhola, acima referida, teve-se uma questão interna de limites que envolveu, de um lado, o atual Estado de Santa Catarina, e de outro, o Estado do Paraná.

Quando se desmembrou de São Paulo em 1853, o Paraná herdou um problema de limites que vinha se arrastando desde os tempos do Brasil colonial. Para os paranaenses,⁴ a nova província limitava-se, ao sul, pelos rios Pelotas e Uruguai. Para os catarinenses, o Paraná terminava nos rios Negro e Iguaçu.

Os catarinenses argumentavam que, com a criação da Ouvidoria da Ilha de Santa Catarina, em 1749, os limites com a capitania de São Paulo se davam “pela barra austral do rio São Francisco, pelo Cubatão do mesmo rio e pelo rio Negro que se mete no Grande de Curitiba”⁵.

As controvérsias começaram em 1767 quando o governo paulista fundou Lages em área que os catarinenses consideravam deles. Somente em 1820 Lages foi incorporada a Santa Catarina, o que não significou solução para as questões de limites.

² GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

³ THOMÉ, Nilson. **Rio Branco e o Contestado – Questão de Limites Brasil-Argentina**. Caçador: UnC, 1993.

⁴ Na análise aqui procedida, quando se refere da forma “para os”, sejam catarinenses, paranaenses, Estado de Santa Catarina, Estado do Paraná ou simplesmente suas nomenclaturas se está mencionando os poderes constituídos do momento histórico relacionado, por meio dos representantes das unidades federadas, a elite política principalmente.

⁵ THOMÉ, Nilson. **PR e SC Disputam Território**. Curitiba: Gazeta do Povo, Suplemento, 2003.

Em 1838, foi descoberto os Campos das Palmas que os paulistas invadiram e exploraram, pois estas terras eram catarinenses por direito. Também a partir deste fato se desenvolveu a discussão entre os presidentes das províncias de São Paulo e de Santa Catarina, que a partir de 1853, com a criação da província do Paraná, desmembrada de São Paulo, passou a ser a parte interessada nas questões de limites.

As discussões no âmbito administrativo não tiveram resultados até o advento da república. Embora a constituição de 1891 determinasse que as disputas em torno de divisas fossem resolvidas politicamente, Santa Catarina buscou uma solução judicial para o problema, movendo ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Defendida pelo conselheiro Silva Mafra, Santa Catarina reivindicou a posse da área situada ao sul dos rios Saí-Guaçu, Negro e Iguazu, ou seja, invocou o direito de possuir limites naturais. O Paraná constituiu o conselheiro Joaquim da Costa Barradas como defensor⁶.

O Supremo Tribunal Federal decidiu, em acórdão de 06 de julho de 1904, que toda a área ao sul do rio Iguazu era catarinense. O Paraná não se conformou e embargou a decisão.

Em 1909, o STF recusou os embargos paranaenses e deu mais uma vez ganho de causa a Santa Catarina, defendida pelo futuro presidente da República, Epitácio Pessoa. Rui Barbosa defendeu os interesses do Paraná. Diante de novos embargos interpostos pelo Paraná, que contratou o jurista Inglês de Souza, o STF em julho de 1910, pela terceira vez, manteve o acórdão.

Cabia, daí por diante, a fase de execução da sentença. Com o falecimento do Conselheiro Mafra, a lide pelo Estado de Santa Catarina passou a ser exercida pelo Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, que requereu a expedição do mandato executório que o juiz federal, Seccional do

⁶ THOMÉ, Nilson. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: UnC, 1992.

Paraná, deixou de cumprir, enviando ao Supremo uma carta testemunhável, que resultou, a 04 de janeiro de 1913, no seu julgamento⁷.

Entretanto, já se incendiara o estopim nos campos do Irani – A guerra e o genocídio nas terras contestadas haviam iniciado. E, naquele momento, do lado paranaense, a imprensa incitava os ânimos, o bairrismo se exaltava e se usavam argumentos como criminalidade no território catarinense do Contestado.

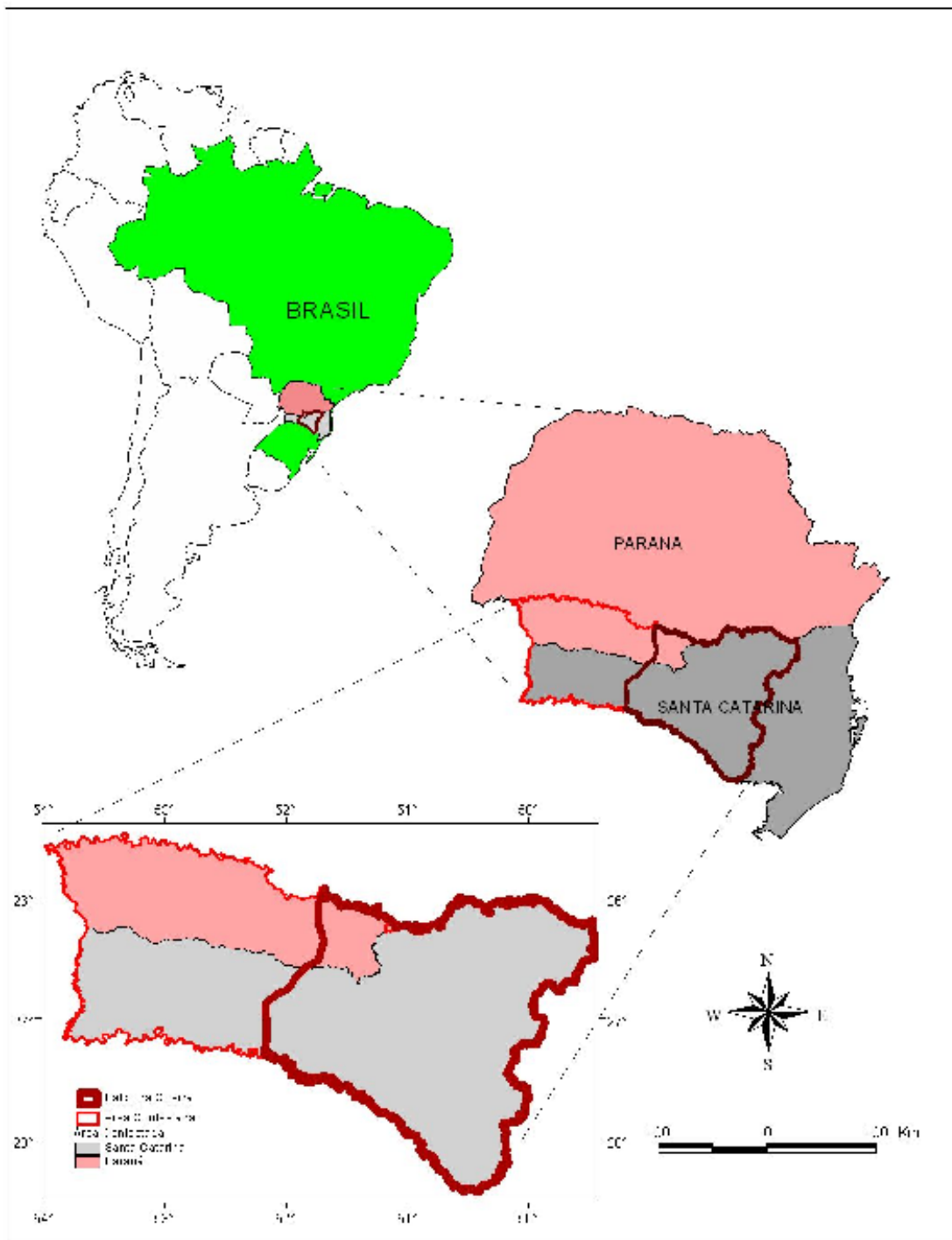
Como a situação ficou agravada pela Guerra do Contestado, o presidente da República, Wenceslau Braz, interveio na questão. Chamou os governadores em busca de uma solução e nomeou um comandante da Marinha para servir de emissário entre os dois governos. O presidente propôs a divisão do território contestado.

No dia 20 de outubro de 1916 foi assinado o acordo de limites pelo presidente do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt. O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados. Os paranaenses “cederam” Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, mas recuperaram Palmas e Clevelândia. E a cidade da margem esquerda do Iguaçu, que havia sido fundada por paulistas, acabou sendo dividida: União da Vitória ficou para o Paraná, e Porto União, para Santa Catarina.

O acordo foi aprovado pelas respectivas Assembléias Legislativas. O Congresso Nacional aprovou os atos, e a demarcação dos limites foi procedida por uma comissão militar⁸, o mapa 1 demonstra a complexidade territorial da região da Guerra do Contestado, contendo os limites atuais entre o Paraná e Santa Catarina.

⁷ THOMÉ, Nilson. **As Duras Frentes de Luta desta Terra Contestada**. Florianópolis: Diário Catarinense, Suplemento, 1989.

⁸ THOMÉ, Nilson. **PR e SC Disputam Território**. Curitiba: Gazeta do Povo, Suplemento, 2003.



Título: 307. Geografia: Análise Espacial em GIS. 2013.
 2017. 202. H. 2. 150.

Apresentação por aula 1. 1.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
 ÁREA CONTESTADA
 FALCO DA GUERRA

Mapa 1

A Estrada de Ferro e a madeireira no Contestado

Um dos motivos que levou o governo imperial a construir uma estrada de ferro que cortasse o interior catarinense e paranaense era a necessidade de preenchê-lo, para garantir a integração entre o Brasil do Sul e o Brasil do Centro-Leste. Um outro motivo era o de fixar imigrantes nas terras devolutas dos campos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e nos sertões do Paraná e de São Paulo ⁹.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo– Rio Grande, no trecho entre União da Vitória (PR) e Marcelino Ramos (RS), levou dois anos, atravessando de norte a sul a região Contestada, percorrendo o Vale do Rio do Peixe, no meio-oeste catarinense.

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalentes a uma superfície de quinze quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isto, mas também pela subversão quilométrica, o traçado se desdobrava em exagerada sinuosidade. Desse modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furtar-se de pequenas obras de arte. A princípio foram empregados quatro mil trabalhadores; porém, com a marcha dos trabalhos, o seu número atingiu cerca de oito mil. Eram contratados principalmente no Rio e em Pernambuco. (...) Esses antigos trabalhadores, misturando-se à população do Contestado, constituíram o fermento de graves acontecimentos posteriores. ¹⁰

Com o intuito de explorar as terras obtidas às margens da estrada de ferro, a Brazil Railway criou, em 1911, uma nova companhia a ela subordinada: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company (ASSUMPÇÃO, 1917/1918).

A Primeira Guerra Mundial (1914/1918) abriu perspectivas para a comercialização do pinheiro do Paraná (*araucária angustifolia*), pois os preços da madeira subiram no mercado internacional em decorrência do conflito. Tal fato

⁹ SACHET, Sérgio. **Fogo no Planalto**. Florianópolis: Diário Catarinense, Suplemento, 1997.

havia sido razão para o estabelecimento de serrarias por parte da empresa que construiu a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, em Calmon e Três Barras – na Foto 01 a serraria da Lumber Company, e na Foto 02, as comemorações de independência do Estados Unidos da América, em 1912. Após a Guerra do Contestado, os empresários que passaram a se dedicar aos negócios de colonização também eram madeireiros, assim as terras adquiridas do governo, primeiro eram exploradas em seus recursos florestais e, depois, vendidas em lotes aos colonos.¹¹



Fotos 01 e 02 – Vista geral da Cia. Lumber e Comemorações de 4 de julho
Fontes: Claro Jasson, década de 1910.

Assim que foi criada, a Lumber tratou de comprar 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguçu, próximo de Canoinhas. Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, através dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras. Affonso de Camargo, vice-presidente do Paraná, foi, conforme ele próprio admitiu em discurso na Assembléia Legislativa, o intermediário desses negócios.¹²

Foi montada uma grande serraria em Três Barras (SC) e uma outra menor em Calmon (SC), à margem da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. Em

¹⁰ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social – A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹¹ THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira, História da Indústria Madeireira no Contestado**. Caçador: Universal, 1995.

torno da primeira formou-se uma pequena cidade na qual, todos os anos, a 04 de julho, via-se flutuar por toda parte a bandeira dos Estados Unidos. A Lumber tornou-se a maior companhia madeireira da América do Sul (BALHANA, MACHADO & WESTPHALEN, 1969).

Extasiado diante de tanta madeira, Farquhar se esqueceu de colonizar as terras recebidas dentro da faixa que acompanha a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e decidiu expulsar todos os posseiros¹³ que, há dezenas de anos, viviam na região que lhes servia de morada e sustento.

Terminada a construção da estrada, Percival Farquhar teve pressa em encher os vagões de carga com alimentos produzidos nas terras dos posseiros e com a madeira serrada dos pinheirais, para entregá-la no porto de São Francisco. Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a Lumber organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça brasileira.

As redes no contexto

A Guerra do Contestado ocorreu oficialmente entre 1912 e 1916, e a mesma é reflexo do domínio do território pelos coronéis e “donos” da terra/poder. Nesse sentido a região do Contestado percorreu todo o período monárquico, representado por uma maior autonomia de relações, principalmente nos fluxos de produção e se chocam com o poder controlador com o advento da república, tanto que esta será considerada pelos camponeses do Contestado como a “lei do diabo”.

Para muitos autores que escrevem sobre a questão, ela teria sido, também, uma choque de modernidade, onde a monarquia seria o arcaico que se chocou com a modernidade da república. Mas este seria apenas um resumo simplista do processo e complexidade envolvendo o Contestado.

¹² QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social – A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹³ Pequeno agricultor que ocupou terras inexploradas e as cultivava por muitos anos, adquirindo por isso o direito de posse sobre elas, embora sem dispor dos documentos legais de propriedade. AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994, p.07.

Afinal, um dos fatores mais fortes para a guerra civil camponesa se encontra na entrada do capitalismo no sertão, com a apropriação da terra e a mercantilização da madeira por grupos estrangeiros – o território do Contestado passou a incorporar a organização capitalista do campo e da cidade com a chegada da república.

Não se abre mão de pensar que o Contestado estará no centro das realizações que levam a formação republicana brasileira, iniciada no final do século XIX e concluída no XX.

O conceito de rede transformou-se, nas últimas décadas, em uma alternativa prática de organização, possibilitando processos de respostas às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social, porém tal conhecimento não é novo, o termo aparece como conceito importante no pensamento de Claude Henri de Saint-Simon,¹⁴ socialista utópico que pensou uma sociedade planejada e organizada pelo Estado racional (SILVA JÚNIOR, 2004).

No que concerne às redes e aos territórios, como possibilidade metodológica de análise de uma dada realidade, buscou-se em Milton Santos¹⁵ a interconexão dos seres humanos, com suas firmas, instituições, meio ambiente natural e infra-estruturas como elementos do espaço. Dessa forma, o autor afirma que:

As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc. (SANTOS, 1985, p. 6).

Sob tal perspectiva, “uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras, levam a mudanças espaciais” (SANTOS, 1985, p. 16).

¹⁴ Para Saint-Simon, “(...) A fisiologia é uma das partes da ciência do homem e será tratada pelo método adaptado das outras ciências físicas (...) Se vê que se trata de organizar a ciência do homem de uma maneira positiva (...) É evidente que, depois da confecção do novo sistema científico, haverá uma reorganização dos sistemas de religião, da política em geral, da moral, do ensino público (...)”. (SAINT-SIMON apud GURVITCH, 1958, p. 36).

Tais elementos analíticos se baseiam na própria idéia do território em questão e que diferem da noção de espaço, na medida em que se aceita o espaço anterior ao território na concepção de REFFESTIN (1980)¹⁶, quando se observa que as populações hoje existentes na linha divisória interestadual forjaram um espaço vivido que lentamente foi sendo incorporado em dois territórios (o de cada estado), mas sempre por intermédio das ações conduzidas pelos atores que nele habitam.

Nessa mesma perspectiva, Reffestin (1980) esclarece que na apropriação de um espaço, o ator territorializa o espaço, e a produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos se instalam, dentre eles as rodovias, os canais, as estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, dentre outros.

A idéia de rede enquanto correlacionada com poder, para entendimento da divisa Paraná e Santa Catarina, fica mais na própria concepção de Reffestin (1980, p. 72):

Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação, mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder ou dos atores dominantes (...) o sistema é tanto um meio como um fim.

No entanto, elas demonstram como os processos espaciais atuais sofreram com os impactos do passado, principalmente daqueles decorrentes da Guerra do Contestado. Elas também figuram exemplos de como as ações impostas nos conflitos, foram decisivas para a formação dos territórios, da rede, como das relações de poder contidas na atualidade.

¹⁵ SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

¹⁶ REFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1980.

As redes das mudanças e permanências no Contestado

No estudo sobre as mudanças e permanências na rede viária do Contestado, se chega a uma abrangente leitura analítica sobre a formação territorial do Sul do Brasil, por meio do entendimento de que o espaço possui uma relatividade semelhante ao tempo. No espaço do Contestado se tem uma ordem de coexistências, assim como o tempo na formação regional foi marcado por uma ordem de sucessões, mas tais ordens existem juntas, nas coisas em si, considerando que o tempo é local.

No que tange os resultados esperados ou objetivados nesta análise, a rede é a permanência mais evidente na região do Contestado. A rede tropeira¹⁷ ainda é percorrida quando se adentra o interior regional, muitas vezes coberta pelo asfalto, como na BR-280, BR-116 e SC-302 ou pelos caminhos que interligam pequenas comunidades, que são os mesmos utilizados pela dinâmica tropeira, que ligava e unia as pessoas e escoava sua produção nos séculos XVIII, XIX e início do XX. A rede ferroviária, desde implantada permanece a mesma, com insignificantes modificações, a maioria representada pela mudança administrativa – da Rede Ferroviária Federal S. A. passando para a América Latina Logística – ALL.

As investigações demonstraram historicamente que a região viveu todos os processos de consolidação territorial portuguesa, formando-se e participando do complexo processo. Após e durante todo o período Imperial, o Contestado viveu uma certa autonomia com liberdade, sem ser incomodado pela administração e política de então. Com o advento da República, o Contestado “livre e autônomo” passou a dividir interesses com o governo central e a entrada do capital externo, principalmente a concessão de terras para a construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande.

¹⁷ O Tropeirismo foi um dos “ciclos” econômicos mais importantes de todos os tempos na vida brasileira; caracterizou-se por ser um empreendimento expansionista apropriador de terras com “*animus domini*” e, por isso, reconhecido como fator decisivo e responsável na consolidação da fronteira sul sobre terras legitimamente espanholas, EHLKE, Cyro. **A Conquista do Planalto Catarinense** - Ed. Laudes/Udesc - Rio de Janeiro, 1973.

O Contestado foi centro de uma rede histórica de passagem. Das tropas que iam do Rio Grande do Sul para o Sudeste, dos trens que ligavam o Sudeste ao Rio Grande do Sul chegando as rodovias que ligam o Rio Grande do Sul ao restante do Brasil. Essa terra de passagem gerou as permanências históricas e as mudanças de infra-estrutura.

Parte considerável dos resultados das investigações aponta para uma evolução sócio-econômica mais marcantes nos últimos 90 anos e permeadas pelas redes de circulação de riqueza – as viárias. Porém não nega o papel importante da economia tropeira, da erva-mate, das varas de porcos que abasteciam Curitiba, Joinville, Blumenau, Lages e outras cidades e vilas da época associada aos elementos da natureza regional, no caso os campos intercalados com floresta de *araucária angustifolia* e ervais e dos faxinais como porções territoriais de produção socializada.

Sobre as mudanças observadas, cabe ressaltar que as mesmas se deram principalmente no território, entendido como o de fluxos livres internamente, do período colonial e Imperial, e o rompimento deste com a federalização republicana, que passa a mudar os rumos sócio-econômicos, cobrando impostos sobre produção (mate e gado), concedendo terras, criando infra-estruturas novas (ferrovias e rodovias) e delimitando as terras da região do Contestado, com o acordo imposto em 1916.

O poder fica claramente marcado pela divisão territorial e estabelecimento da Linha Wenceslau Braz que impôs uma mudança na vida regional. Neste sentido, a mudança mais clara, quando se reflete apenas a Guerra do Contestado, foi à permanência de toda a zona de guerra dentro dos limites atuais de Santa Catarina e uma pequena mancha territorial do lado paranaense, bem tênue, nos territórios municipais de General Carneiro, Rio Negro e União da Vitória.

O tratado de limites de 1916 se constitui como um dos atos mais arbitrários da história republicana, obedecendo a critérios e interesses dos três chefes de Estado de então: Wenceslau Braz (Presidente da República), Affonso Camargo

(Governador do Paraná) e Felipe Schmidt (Governador de Santa Catarina). O tratado por eles assinado no Palácio do Catete é representativo do poder centralizador demonstrado nesta pesquisa, pois sua validade é questionável, quando se considera a determinação legal do Supremo Tribunal Federal.

Este trabalho aponta para uma investigação futura, de cunho constitucional, seguindo os critérios teórico-metodológicos que nortearam a tríade de entendimento do poder, do território e da rede, na perspectiva integradora que foi discutida, para a legalidade dos limites impostos pelo poder executivo de então, passando por cima da determinação da côrte máxima de Justiça da época, pois o Contestado permanece Contestável no sentido legal – sendo mais uma permanência verificada.

As pesquisas permitem considerar a região do Contestado como uma região cultural, historicamente estabelecida pelas redes culturais que estabeleceram a formação territorial com uma identidade própria. Mesmo que os mecanismos administrativos estaduais tenham criando nomenclaturas diferenciadas para a região, como Oeste, Meio Oeste ou Coração Catarinense (do lado de Santa Catarina), e no Paraná como Sudoeste, Sudeste e Sul, a população que habita a região do Contestado em Santa Catarina, consegue se enxergar como habitante do Contestado.

Isso se deve ao fato já mencionado da área das batalhas da Guerra do Contestado ter ficado em território catarinense, onde muitas são as marcas históricas que dão identidade à população, como as numerosas placas referenciais dos combates, fontes d'água, cruzeiros e grutas do Monge, o Banhado Grande do Irani, a Universidade do Contestado com papel fundamental cultural de manutenção da história e cultura regional e das políticas de Estado, mais marcantes no decorrer das administrações de Esperidião Amim.

No lado paranaense, o Contestado e sua complexidade se mantiveram e mantém escondido, e são pouco difundidos, na formação cultural do Estado. A Guerra do Contestado não é “trabalhada” pelo Estado como elemento cultural

identificador de pertencimento, apenas em raros casos pela Secretaria de Cultura. A educação no Estado não explicita o tema como política educacional e formadora.

As investigações apontam a região do Contestado como uma “ilha” de identidade cultural que sofreu mudanças temporais, mas que permanecem territorialmente.

As redes historicamente trabalhadas nesta pesquisa apontam para a proposição de sua manutenção e elucidação social, no intuito da manutenção da identidade cultural, que dá marca a um povo no território, diferenciando-o e fazendo-o existir no contexto de uma República Federativa de território enorme e de múltiplas e complexas culturas.

Há que se considerar ainda a necessidade de potencializar as redes históricas e mantidas sobre a região do Contestado para a manutenção e entendimento da população no conjunto da história nacional e suas melhorias no sentido do desenvolvimento regional, propiciando geração de trabalho, renda e riqueza, além do rompimento da miséria marcante em muitos municípios do Contestado, principalmente em Timbó Grande, Calmon e Matos Costa.

O asfaltamento da SC-302, um antigo caminho tropeiro, abriu perspectivas de desenvolvimento municipal para as últimas duas citadas anteriormente, enquanto Timbó Grande se encontra no centro de um caminho tropeiro e vê a possibilidade de desenvolver-se com um acesso asfáltico com a BR-116 ou mesmo com a BR-280, para escoar sua produção de pinus, que também é um elemento norteador do subdesenvolvimento e miséria da sua população, que vive com o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Santa Catarina.

A região do Contestado vive historicamente a complexidade e os paradoxos mostrados neste trabalho. Qualquer proposta que venha ser elaborada no futuro para romper o subdesenvolvimento regional necessita considerar os fatores da

sua identidade cultural, dando razão e manutenção da sua existência no conjunto da União Nacional.

As redes estudadas em conjunto com o território, regido por poderes que se alternaram no decorrer da história, responderam as hipóteses de haver mudanças e permanências na região do Contestado. Apontou ainda para a possibilidade de investigação de outra rede possível, a rede cultural do Contestado, que talvez no futuro se possa melhor entender toda a complexidade do Contestado na história da formação territorial do Sul do Brasil e do país em si.

Bibliografia

- AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. São Paulo: Ática, 1994.
- EHLKE, Cyro. **A Conquista do Planalto Catarinense**. RJ: Laudes/Udesc, 1973.
- FRAGA, N. C. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado**: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: UFPR (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.
- FRAGA, Nilson César. **Contestado**: a grande guerra civil brasileira. In: Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.
- FRAGA, Nilson Cesar. **Território, Região, Poder e Rede**: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. Curitiba: RIMA, 2007, a. VII, n. 7, p. 9-32.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GURVITCH, Georges. **Los fundadores franceses de la sociología contemporánea**: Saint-Simon y Proudhon. Buenos Aires: Galatea-Nueva Vision, 1958.
- LOBATO CORRÊA, R. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social – A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- REFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1980.
- SACHET, Sérgio. **Fogo no Planalto**. Florianópolis: Diário Catarinense, 1997.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- THOMÉ, Nilson. **As Duras Frentes de Luta desta Terra Contestado**. Florianópolis: Diário Catarinense, 1989.
- THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira, História da Indústria Madeireira no Contestado**. Caçador: Universal, 1995.
- THOMÉ, Nilson. **PR e SC Disputam Território**. Curitiba: Gazeta do Povo, 2003.
- THOMÉ, Nilson. **Rio Branco e o Contestado – Questão de Limites Brasil-Argentina**. Caçador: UnC, 1993.
- THOMÉ, Nilson. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: UnC, 1992.